

O NÃO DESEJO DE MATERNIDADE NO BRASIL: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

THE LACK OF DESIRE FOR MOTHERHOOD IN BRAZIL: AN EXPLORATORY STUDY

Daniele Fontoura¹

Valeska Zanello²

Iara Flor Richwin³

Madge Porto⁴

Resumo: Atualmente, 37% das mulheres não desejam ser mães. A presente pesquisa buscou levantar os fatores envolvidos nessa decisão. Tratou-se de pesquisa quantitativa, na qual foi disponibilizado um questionário online com 83 perguntas sobre o não desejo de maternidade. Foram obtidos 872 questionários e realizada uma análise estatística descritiva dos mesmos. A amostra se constituiu de mulheres brancas e negras, majoritariamente do Sudoeste e Centro-Oeste, de alta escolaridade e heterossexuais. Alguns fatores se destacaram no geral, sobretudo a valorização da vida profissional e o não encaixe nos ideais de gênero. Não houve diferenças significativas entre mulheres brancas e negras.

Palavras-chave: Mulher; Não-maternidade; Gênero.

Abstract: Currently, 37% of Brazilian women do not want to become mothers. This study attempted to determine the factors for this decision. It was a quantitative study in which an online questionnaire with 83 questions about not wanting to become a mother was made available. 872 answered questionnaires were analysed and a descriptive statistical analysis was performed. The sample consisted of both black and white, highly educated heterosexual women, mainly from the Southeast and Midwest regions of Brazil. Some factors stood out in general, especially appreciation of professional life and nonconformity to gender ideals. No significant differences were found between white and black women.

Keywords: Woman; Non-maternity; Gender.



ESTE TRABALHO ESTÁ LICENCIADO COM UMA LICENÇA CREATIVE COMMONS - ATRIBUIÇÃO-NÃO COMERCIAL 4.0 INTERNACIONAL.

1 Doutoranda em Psicologia - Universidade de Brasília; E-mail: danielefsleal@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2920-4248>

2 Doutora em Psicologia - Universidade de Brasília; Professora Associada - Universidade de Brasília; E-mail: valeskazanello@uol.com.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2531-5581>

3 Doutora em Psicologia - Universidade de Brasília; E-mail: iararaflor@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9230-9018>

4 Doutora em Psicologia - Universidade de Brasília; Professora Adjunta 4 - Universidade Federal do Acre; E-mail: madgeporto@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0384-9889>

Introdução

A história conhecida acerca das mulheres em diversas culturas aparece quase sempre ligada à capacidade reprodutiva como uma identidade intrínseca feminina (Badinter, 1985; Barbosa E Rocha-Coutinho, 2007). Em dado momento histórico, principalmente entre os séculos XVI e XVII, muitos países europeus promoveram projetos políticos de repressão e controle sobre os corpos das mulheres, o que resultou em sua submissão ao Estado, aos homens, ao mundo privado do lar e da família e, conseqüentemente, à procriação (Badinter, 1985; Federici, 2017; Lerner, 2019). A partir de então, o modelo de mulher socialmente válido começou a ser associado ao papel de mãe, com requisitos tais como: o talento para cuidar e educar os filhos, abdicação dos próprios projetos, amor incondicional, dentre outros atributos que continuam sendo exaltados e incentivados até hoje (Badinter, 1985; Zanello, 2018; Lerner, 2019).

A vasta pesquisa feita por Badinter (1985) aponta o quanto o amor materno foi naturalizado, assim como as ideias de certo “instinto materno” e do amor “natural” da mãe pelo filho. Vários campos científicos e do saber social contribuíram para o fortalecimento dessa ideia – que persevera até a atualidade – de que mulher, capacidade de procriação, maternidade e amor materno estão intrinsecamente ligados (Del Priore, 1993; Freire, 2008; Zanello, 2016; Leal E Zanello, 2023). Assim, durante muitos séculos, as mulheres foram interpeladas a acreditar que sua capacidade de procriação resultaria, natural e necessariamente, no desejo de ser mãe.

No entanto, a partir do início da década de 1960, com a invenção da pílula anticoncepcional e outros métodos contraceptivos, as mulheres começaram a exercer mais livremente sua sexualidade, de forma desatrelada da procriação, o que ampliou a possibilidade de escolher (se teriam filhos e quando). Os efeitos dessa possibilidade de escolha na era pós-métodos contraceptivos reverberam até hoje. Segundo o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2018), nos últimos 25 anos, o uso de métodos contraceptivos aumentou em 25%, conseqüentemente, o número de gravidezes indesejadas caiu 25% no mundo. No Brasil, a opção pela não maternidade tem crescido nas últimas décadas (Fidelis E Mosmann, 2013; Leal E Zanello, 2019; Moraes E Féres-Carneiro, 2022; Ribeiro E Lopes, 2023) e, atualmente, estima-se que 37% das mulheres em idade fértil não querem ter filhos (Machado *Et al.*, 2020). Tal fenômeno também impacta o índice de crescimento populacional no Brasil, pois atualmente a taxa de 1,7 filhos por mulher em idade fértil está abaixo da esperada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,

2013), de 2,2 filhos por mulher, e tende a decrescer ainda mais nos próximos anos (MIRANDA-RIBEIRO *et al.*, 2019).

Os fatores apontados como norteadores desta escolha são muitos e vão desde o maior investimento na carreira profissional; preocupação com o futuro político, social e ambiental; até o medo das transformações corporais e questionamentos sobre a maternidade compulsória (LEAL e ZANELLO, 2023). De todos os motivos, destacam-se aqueles que questionam os papéis de gênero historicamente construídos, sobretudo os que estão relacionados à maternidade (Leal E Zanello, 2023).

Vários estudos apontam que as mulheres sem filhos e sem desejo de tê-los são menos tradicionais em comportamentos considerados esperados para uma mulher, são menos religiosas e apresentam maior liberdade sexual (Houseknecht, 1979; Bram, 1984; Leal E Zanello, 2023). Além disso, nas últimas décadas, com o aumento da escolarização feminina e o acesso aos métodos contraceptivos, as mulheres têm experimentado um progresso em sua autonomia, de modo que o projeto de ter filhos acaba não sendo contemplado (Simão, Coutinho E Guedes, 2020).

É importante salientar, ainda, que, uma vez que a maternidade é enquadrada e moldada pelas estruturas interseccionais de classe e raça (Collins, 2019; Hooks, 2019), o não desejo de ser mãe também é profundamente afetado por esses elementos estruturais da sociedade. Dessa forma, a compreensão acerca das vivências do não desejo de maternidade exige a consideração dos elementos contextuais de classe e raça/etnia nos quais ocorrem.

O impacto da escolha pela não procriação preocupou e tem preocupado, sobretudo a partir de 1970 (Gillespie, 1999), países mais desenvolvidos, como os Europeus e Norte americanos (Canadá e EUA), nos quais pesquisas e publicações sobre o tema tornaram-se mais frequentes e robustas. Nos países em desenvolvimento, como é o caso da maioria dos que fazem parte da América Latina, estudos sobre o fenômeno do não desejo de maternidade e os impactos econômicos, sociais, ambientais etc. no crescimento populacional ainda são muito incipientes.

Levando em consideração as discussões explanadas acima, o presente artigo teve como objetivo conhecer melhor o perfil de uma amostra de mulheres brasileiras, residentes nos diferentes estados do território nacional, e que, intencionalmente, decidiram não ser mães. Trata-se de um estudo exploratório, inicial, visto que não há um levantamento sistemático, nacional, especificamente sobre este grupo de mulheres.

1 Método

Foi realizado um estudo quantitativo a partir da disponibilização *online* de um *Survey* (o formulário virtual *Google Forms*), com um total de 83 perguntas mistas com respostas de sim/não/em parte e perguntas abertas, para mulheres brasileiras. A técnica de amostragem utilizada foi a ‘bola de neve’, na qual “os membros da população em estudo estão conectados por possuírem interesses em comum” (Ribeiro, Maliszewski, Martins, 2024). Dessa forma, as interessadas compartilham voluntariamente a chamada a outras possíveis interessadas para participação na pesquisa. Constitui-se então uma amostra por conveniência, uma técnica não probabilística e não aleatória, que consegue acessar os sujeitos mais acessíveis dentro do tema (Sargi, Silva, Carmo, 2024). As colaboradoras foram convidadas a participar via redes sociais e grupos de *whatsapp* das autoras, por meio de um breve texto explicativo sobre o objetivo da pesquisa e o público-alvo, seguido do *link* de acesso ao formulário *online* que continha uma explicação mais detalhada e um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O acesso ao formulário ficou aberto para ser respondido por 32 dias, de 28 de julho de 2020 a 29 de agosto de 2020. A presente pesquisa obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, sob o parecer número 2.624.737, conforme resolução 466/2012.

Os critérios para inclusão das participantes foram: se identificar como mulher; entender-se apta a gestar ou não ter um problema de fertilidade conhecido; ser maior de 18 anos; ser brasileira; declarar não ter filhos por opção; e assinalar o “Sim” no item “li, compreendi e concordo em participar”, depois de ler todos os critérios presentes no questionário.

Os critérios de exclusão foram: já ter filho(s) ou declarar expressamente o desejo de tê-lo(s); declarar ter algum problema de fertilidade; ter menos de 18 anos; apresentar algum elemento no histórico de vida que fosse entendido como impeditivo nos critérios de inclusão; assinalar o “não” na pergunta “li, compreendi e concordo em participar”.

Foram respondidos 928 questionários. Depois de aplicados os critérios de inclusão e exclusão, 56 questionários foram excluídos pelos seguintes motivos: a) nas perguntas abertas, quatro declararam já ter filho(s); b) três declararam que ainda desejam ter filho(s); c) três respostas estavam duplicadas; d) duas responderam “Não” ao item “li, compreendi e concordo em participar”; e) duas eram menores de 18 anos e; f) uma declarou que “não engravida”. Além disso, foram descartados os questionários preenchidos por mulheres de grupos étnicos indígena e amarelo/asiático, devido ao número de

respostas ser insuficiente para realizar uma análise estatística (41 respostas). Mesmo visando abarcar a maior diversidade possível, após as exclusões, apresentou-se como viável apenas a alternativa de comparar mulheres brancas e negras. Permaneceram, então, 872 respostas válidas, sendo 539 de mulheres brancas e 333 de mulheres pardas/ pretas.

As perguntas do questionário foram construídas a partir dos achados oriundos de pesquisas anteriormente realizadas, tanto de revisão sistemática (Leal e Zanello, 2019), quanto de pesquisa qualitativa que utilizou entrevistas abertas, com mulheres brancas e negras, de diferentes orientações sexuais e em situação relacional sexual-amorosa ou não (Leal e Zanello, 2023). O formulário foi composto por sete seções norteadoras, a saber: 1. **Caracterização da amostra**, que contou com 15 perguntas a fim de montar um perfil sociodemográfico das participantes. 2. **Autopercepção**, com 23 perguntas sobre a autopercepção das mulheres em relação ao não desejo de maternidade; 3. **O não desejo de maternidade**, com 18 perguntas sobre desde quando a mulher se deu conta de seu próprio desejo de não ter filhos; 4. **A decisão de não ter filhos**, com 5 perguntas sobre o quanto a respondente sentia-se segura acerca de sua própria decisão; 5. **Pressão e arrependimento**, com 13 perguntas sobre a pressão sofrida pela mulher e o arrependimento projetado para o futuro em decorrência dessa pressão; 6. **Uma vida sem filhos**, com dez perguntas sobre a vida atual e planos futuros; e 7. **Considerações finais**, nas quais a resposta era aberta e as mulheres foram convidadas a escreverem algo que ainda considerassem relevante, mas que não encontraram no formulário.

Depois de o formulário ter sido fechado para respostas, os dados foram exportados para uma planilha do Excel e importados para tratamento de dados no programa *SPSS Statistics* (IBM version 21). Para o presente estudo, que objetivou realizar uma aproximação e exploração inicial do fenômeno, foi utilizada a estatística descritiva como metodologia de análise de dados. Considerando que as experiências e representações sobre maternidade e não maternidade são atravessadas pelas estruturas de raça em nossa sociedade (Collins, 2019) e por vivências específicas moldadas pela dominação racial quando se trata de pessoas negras (Gouveia e Zanello, 2019), optou-se por analisar tanto a amostra geral, quanto comparar as vivências de mulheres brancas e negras. Como o número de questionários de mulheres brancas (62%) e negras (38%) foi discrepante, procedemos à separação em dois grupos, de modo que o percentual comparado fosse referente cada um à sua amostra.

Os resultados serão apresentados a partir de duas perspectivas principais: quando as respostas apresentarem diferenças significativas entre os grupos de mulheres brancas (539 respostas) e negras (333 respostas), estas serão evidenciadas; quando não houver diferença importante, será considerado o grupo amplo de mulheres como um todo (872 respostas).

2 Resultados e discussões

Quanto à primeira seção, **caracterização da amostra**, identificamos que o maior grupo por faixa etária das respondentes (27%) estava entre 31 e 35 anos, seguido do grupo de mulheres entre 26 e 30 anos (21%). Ou seja, 48% das respondentes estavam na fase reprodutiva e de expectativa de estabilidade profissional. À medida que a faixa etária aumenta, diminui a participação na pesquisa: 36-40 anos (18%); 41-45 (8%); 46-50 anos (4%); 51-55 anos (2%) e acima de 56 anos (1%). Esses resultados podem indicar que discutir sobre a não maternidade interessa mais às que estão vivenciando o conflito entre poder ter um filho e não desejar. Quanto mais se afasta da possibilidade biológica da gestação, o interesse no debate parece diminuir. As mais jovens, de 18 a 20 anos (3%) e 21 a 25 anos (16%), representaram 19% da amostra.

A maioria das mulheres (93%) apontou ter crescido em cidades/áreas urbanas e mora, atualmente, nas seguintes regiões do Brasil: Sudeste (33%), Centro-Oeste (24%), Nordeste (18%), Sul (11%) e Norte (9%). Cinco por cento das mulheres estavam residindo no exterior, sobretudo no continente Europeu (4%). As regiões da maior parte de mulheres negras respondentes foram o Centro-Oeste (29%) e o Nordeste (24%). Já a maioria das mulheres brancas residia na região Sudeste (40%), seguida pela região Centro-Oeste (21%).

No que se refere à renda pessoal, a metade (50%) informou receber entre dois e cinco salários-mínimos (o qual, na época da coleta, era de R \$1.045,00); seguida por 22% das mulheres, que informaram receber entre seis a dez salários-mínimos. Em terceiro lugar, 19% informaram que recebiam até 1 salário-mínimo e, por último, 9% do total das respondentes recebiam acima de dez salários-mínimos.

Quanto à escolaridade, 52% das participantes possuíam nível superior ou algum tipo de especialização; 30% possuíam pós-graduação *stricto sensu* (20% com título de mestrado e 10% com doutorado); 14% tinham nível superior incompleto; e 4% tinham o percurso de escolarização feito até o ensino médio (mesmo que incompleto).

A maioria das mulheres declarou ter orientação heterossexual (72%), seguida por 21% que se reconheceram como bissexuais, 6% de lésbicas e 1% de outras orientações sexuais. Do total de respondentes, 68% estavam em relações amorosas estáveis (sendo 67% em relações monogâmicas e 1% em relações poliamorosas).

Quando questionadas sobre o tipo de coabitação, do total da amostra, 42% residiam com o(a) parceiro(a) afetivo(a), 30% com familiares, 22% declararam morar sós e o restante (6%) em outras configurações (república, comunidade religiosa, pensionato, entre outros). A maioria das mulheres possuía algum tipo de crença religiosa (60%), fazia ou já havia feito terapia em algum momento da vida (71%) e, quando perguntado se elas se consideravam feministas, 79% das respondentes afirmaram que sim.

Com relação ao uso de métodos contraceptivos, 76% das mulheres declararam fazer uso. Deste total, pode-se identificar, considerando o número de métodos utilizados, que 79% referiram usar ao menos um método, ao passo que 20% declararam usar dois métodos combinados e 1% até três métodos combinados entre si. Dentre os métodos disponíveis, o preservativo masculino e a pílula anticoncepcional foram citados como os mais utilizados pelo grande grupo. Com relação ao não uso de métodos contraceptivos, os principais motivos apontados pelo grupo das mulheres negras foram, sobretudo, “estar em uma relação homoafetiva” e a “vida sexual inativa”, ambos com 21%. Já no grupo das mulheres brancas, o principal motivo (29%) apontado foi o problema de saúde/efeitos colaterais que vários métodos (sobretudo os que são à base de hormônios) podem causar.

A partir das respostas encontradas, percebeu-se que as participantes, em sua maioria, tinham um perfil de alta escolaridade, acesso à informação e remuneração fixa mensal. As respondentes, majoritariamente, tinham alguma crença religiosa, utilizavam pelo menos um método de anticoncepção, tinham ou já tiveram acesso à terapia e estavam em relações amorosas duradouras. Ademais, considerando que 79% identificaram-se como feministas – e, considerando “feminismo” como apoio ou luta pela equidade de direitos entre homens e mulheres –, é possível inferir que a maioria das mulheres apresentava alguma consciência crítica sobre relações de gênero.

A segunda seção, **Autopercepção**, foi composta por 23 perguntas sobre como as participantes percebem o não desejo de maternidade; sobre comportamentos na infância e adolescência em relação a brincadeiras; sobre preferências de lazer e *hobbies*; sobre estudos; sobre crenças relacionadas à maternidade; e sobre experiências prévias no cuidado com crianças e questões específicas sobre “cuidado”.

No quesito “percepção sobre a maternidade como uma experiência desprazerosa”, 46% das mulheres negras responderam “sim” e o mesmo percentual respondeu “em parte”. Já no grupo das mulheres brancas, 56% responderam que “sim” e 39% “em parte”. No tópico oposto a este “eu acredito que a maternidade pode ser uma experiência prazerosa”, os dois grupos responderam de forma mais homogênea que “em parte”, sendo 51% no grupo das mulheres negras e 47% no grupo de mulheres brancas. Na sentença “Eu acredito que a maternidade pode prejudicar a vida da mulher”, 46% das mulheres negras responderam “em parte” e 59% das mulheres brancas responderam “sim”.

Ainda que não sejam muito discrepantes, essas diferenças entre as respostas dos dois grupos indicam que a percepção sobre os desprazeres e prejuízos da maternidade deu-se de forma mais intensa entre as mulheres brancas. Isso mostra como as representações, vivências e sentidos da maternidade são atravessados e moldados, também, por fatores étnico-raciais, relacionados à dominação racial e à exploração econômica decorrentes do racismo estrutural (Collins, 2019; Hooks, 2019; Richwin e Zanello, 2022). Esses resultados podem sugerir uma dinâmica semelhante àquelas observadas por Hooks (2019) e Collins (2019), com relação às diferenças nas percepções sobre a maternidade entre mulheres brancas e negras no contexto dos Estados Unidos. Enquanto muitas mulheres brancas e de classe média identificavam a maternidade como um dos principais entraves para sua liberdade, um locus de opressão que as mantinha confinadas e amarradas ao cuidado e às tarefas domésticas, para as mulheres negras, os verdadeiros obstáculos à sua liberdade eram o racismo, as desigualdades sociais que ele produz e o trabalho degradante e exploratório presente em suas vidas desde a escravidão, e não a maternidade, que lhes foi, muitas vezes, violada e impedida (Hooks, 2019).

Na questão sobre o trabalho/carreira profissional ter mais importância que um relacionamento amoroso, 40% das mulheres negras responderam “concordo” e 34% “em parte”; enquanto 34% das mulheres brancas responderam “concordo” e 40% responderam “em parte”. Na sentença seguinte, sobre o trabalho/carreira profissional ter a mesma importância que um relacionamento amoroso, o maior percentual do total de respondentes (40%) marcou “discordo”, apontando convergência das respostas nos dois grupos.

Para entender a diferença de percentual apresentado entre mulheres negras e brancas na concordância sobre trabalho/carreira ser mais importante que relação amorosa, é preciso indagar-se sobre qual desses grupos encontra

maior possibilidade de realização amorosa. Como apontado anteriormente, é notório o fato de que, na pergunta sobre a razão do não uso de métodos contraceptivos, tenha se destacado entre mulheres negras a justificativa da vida sexual inativa. Como apontado pelo último censo do IBGE (2010), dentre os homens brancos, apenas 3,6 % tendem a escolher mulheres negras e, dentre os homens negros, 39,9% tendem a escolher mulheres negras (enquanto uma parte significativa de mulheres negras – 50,3% - tende a escolher homens negros).

Portanto, a seletividade marital é intimamente afetada pela questão racial e as mulheres negras são as menos escolhidas como cônjuges ou parceiras afetivas (IBGE, 2010), apontando para o seu preterimento afetivo, calcado no racismo, construído em homens brancos e negros (Pacheco, 2013; Zanello, 2018). Isso tem levado muitas autoras a discutirem a “solidão da mulher negra” (Pacheco, 2013). Ou seja, uma hipótese é de que as mulheres negras tenham mais experiências de preterimento afetivo do que as brancas, motivo pelo qual, possivelmente, a intensidade da resposta “concordo” acerca da importância do trabalho sobre a vida amorosa tenha sido maior.

As perguntas desta seção em que os grupos mais convergiram serão descritas a seguir, considerando o grupo geral de mulheres e separadas em pequenos blocos, sendo o primeiro sobre “comportamento”, cujas perguntas visavam saber sobre a infância e adolescência das participantes. A sentença “desde criança já me imaginava com outro tipo de vida que não casar/ter filhos” obteve o percentual da maioria das mulheres para o “sim/em parte” (74%). Na sentença “pensando na minha história, identifico que eu transgredi as regras impostas (pela família, sociedade)”, 52% das mulheres responderam que “sim”. A penúltima sentença “meu foco era mais namorar do que estudar”, apresentou um alto percentual de respostas “não” (81%). A última sentença “sempre pensei mais em independência financeira do que em casar/ter filhos” traz, novamente, um percentual alto do total de respondentes (83%) convergindo para a resposta “sim”. Podemos observar que as mulheres, embora possam ter tido diferentes histórias de vida, em suas atitudes em relação ao futuro e às concepções acerca da importância do trabalho/carreira profissional, parecem aproximar-se à medida que percebem a importância de romper com o “heterocentrismo”. De acordo com Zanello (2018), esse padrão comportamental foi imposto às mulheres pela organização patriarcal em detrimento do investimento em si mesmas e nos próprios projetos.

No assunto sobre sexo e percepção de felicidade, as afirmações “me considero uma pessoa livre e satisfeita sexualmente” e “o conceito de

felicidade não precisa necessariamente incluir um relacionamento duradouro ou filhos”, obtiveram maioria “sim” (67% na primeira e 82% na segunda sentença). Desde a popularização da pílula anticoncepcional, as mulheres puderam começar a apropriar-se do sexo (não apenas como forma de reprodução, mas também como um ato de prazer e liberdade).

Na sentença “eu acredito que o instinto materno surge assim que a mulher dá à luz”, a maioria (91%) respondeu que “não”. Semelhante resultado foi alcançado na afirmação “eu acredito que a gravidez é uma escolha e não um destino”, na qual os dois grupos responderam massivamente (96%) “sim”. Portanto, esses dados revelam que, entre as respondentes, o “instinto materno”, durante tanto tempo apregoadado como parte da natureza da mulher (Badinter, 1985), começa a ser questionado e colocado em xeque. Essa mudança cultural entre mulheres no país também foi detectada no trabalho de Porto e Zanello (2024).

No bloco de sentenças sobre “Cuidado”, a maioria (63%) revelou ter um cuidado prévio com crianças. Aqui é importante ressaltar a diferença entre os dois grupos (70% das negras e 59% das brancas – o que indica que as mulheres negras assumiram mais a posição de cuidado). Ao mesmo tempo, 64% do total das respondentes (mulheres brancas e negras) revelou que não gosta de cuidar de pessoas em geral, bem como concorda com a afirmação de que “o cuidar” é cansativo (89%). A sentença “gosto de cuidar de crianças” também apresentou diferença entre as respostas dos grupos, com 43% das mulheres negras respondendo “em parte” e 40% das mulheres brancas respondendo “não”.

O cuidado tem sido um ponto de discussão relevante na produção feminista a partir da década de 70 do século XX (Federici, 2019) e vem se desenvolvendo, também, no debate feminista decolonial (Barragán *et al.*, 2020), como lugar de aprisionamento das mulheres. No Brasil, inclusive, a responsabilidade pelo cuidado de outras pessoas apresenta forte distinção racial e de classe: além da maior expectativa de que mulheres negras estejam disponíveis para cuidar (Zanello, 2018), elas também têm menos acesso à terceirização dos cuidados (uso de creches, pagamento de babás etc.), tornando-se, portanto, mais comum a divisão dessa tarefa com as filhas (Lima, *et al.*, 2008; IBGE, 2010). Em outras palavras: se espera das meninas negras, mais do que das brancas, que elas se responsabilizem pelo cuidado de outra(s) criança(s). Assim, ainda que tenha havido semelhança da distribuição da amostra de mulheres brancas e negras nos quesitos renda e escolaridade, seria interessante, em pesquisas vindouras, explorar mais a fundo, onde e de que modo o cuidar foi interpelado nessas mulheres (se na família de

origem), pois a elucidação desses pontos pode nos ajudar a entender algumas mudanças que estão ocorrendo em nossa sociedade.

No último bloco desta seção, quatro sentenças abordaram: a convivência com crianças; observações acerca de mulheres com filhos; situação do planeta; e o uso livre do tempo para uma mulher sem filhos. Na primeira sentença: “gosto de conviver com crianças”, 82% do grupo geral de mulheres responderam “sim/em parte”, expressando que gostar/ não gostar da companhia de crianças não configura um motivo determinante na decisão de não se tornar mãe.

Nas afirmativas: “observando mulheres com filhos e analisando suas vidas, concluí que não quero ter filhos” e “analisando a situação atual do planeta (superpopulação, mudanças climáticas etc.), concluí que não quero ter filhos”, a maioria das respondentes (72%) marcou “sim/em parte”; no segundo enunciado, a maioria das mulheres (83%) respondeu “concordo/em parte”. A última sentença: “gosto de me sentir dona do meu tempo e usá-lo de acordo com o meu desejo” também alcançou um percentual alto: 98% de respostas “sim”. A partir das respostas colhidas, podemos perceber que fatores como a independência financeira, maior foco nos estudos e consciência coletiva parecem ter grande influência na decisão de não ter filhos.

A terceira seção, **O não desejo de maternidade**, contou com 18 perguntas, que buscaram investigar: a fase da vida em que o não desejo foi descoberto (infância, adolescência ou fase adulta); as dúvidas ou certezas relacionadas; os motivos relacionados ao não desejo (excesso de responsabilidade, carga mental, a existência de si dedicada a outros); a questão da interrupção voluntária da gravidez; e as questões corporais, tais como o medo do parto, medo de sofrer violência obstétrica e modificações corporais. Com relação à fase da vida, os resultados mostram que 50% do grupo geral das respondentes identificaram o não desejo de maternidade já na vida adulta. Sobre já ter ficado em dúvida em algum momento da vida se queria ter filhos ou não, 76% das participantes responderam “sim”. No tópico seguinte: “estou certa de que não quero ter filhos”, a maioria (70%) respondeu que “sim”. Na afirmação “já tive o desejo de ter filhos, mas mudei de ideia”, novamente os grupos concordaram entre si respondendo “sim”, contando com um total de 59% das mulheres.

Merece destaque a pergunta em que foram apresentadas opções de múltiplas escolhas sobre os motivos pelos quais as mulheres não queriam ser mães. O primeiro motivo mais escolhido foi “o lado financeiro”, com 64% das respostas, seguido da opção “não atrasar os planos profissionais”, com 57%. Em terceiro lugar, foi apontado “o tipo de maternidade atualmente vigente”,

com 43%. Outros fatores menos selecionados, embora também importantes foram: A não identificação com o universo infantil (29%); a não vontade de ter uma ligação para toda vida com um/a filho/a (18%); a não vontade de ter uma ligação para toda vida com o pai da criança (16%); e o não desejo/vontade de gestar ou parir (3%).

Na sentença seguinte: “Na minha opinião, a maternidade exige uma carga mental além da que estou disponível a dar”, a maioria (82%) do grupo geral de mulheres respondeu “sim”. A sentença “na minha opinião, a maternidade pode levar uma mulher a deixar de existir como pessoa”, a maioria respondeu “sim/em parte” (84%), o que indica que elas entendem, ao menos parcialmente, que a maternidade pode exigir demais da vida das mulheres. Coadunada com esta questão, a próxima afirmativa: “Dentre as coisas pesadas na maternidade, posso apontar a necessidade exacerbada de dedicação ao outro”, alcançou quase a unanimidade entre o total de participantes, sendo que 94% responderam “sim” ou “em parte”.

A pergunta seguinte: “Se você se descobrisse grávida, pensaria em interrupção voluntária da gravidez?” merece um pouco mais de atenção, pois, mesmo que a maioria das mulheres (60%) tenha respondido que “sim” e 33% tenha respondido “não”, esta questão recebeu muitas respostas alternativas das respondentes, que foram condensadas a seguir: 4% responderam “talvez”, 2% não souberam responder e menos de 1% entregaria para adoção. Embora as mulheres estejam refletindo e optando pela não maternidade ativa, o tema do aborto ainda as mobiliza em diferentes direções, dada a maior quantidade de respostas alternativas, que não apareceram em outros momentos.

A sentença “Identifiquei tardiamente que não queria ter filhos, pois minha vida se encaminhou sem filhos, então acabei aceitando e percebi que não queria ser mãe”, contou com alto percentual de respondentes (80%) na opção “não”, mostrando que a escolha pela não maternidade tem acontecido cedo, de forma ativa e com a mulher ainda em idade fértil.

As últimas perguntas da terceira seção buscaram identificar em que medida as questões corporais também influenciam na decisão de não ter filhos. A resposta com maior percentual no grupo geral foi “medo do parto” (66%) %. Em seguida vieram: “o medo de sofrer violência obstétrica”, com 64%; “questões corporais” (52%); “não se sentir um corpo que vai procriar” (47%); “medo/ repúdio das mudanças pelas quais o corpo teria que passar” (46%); e, por último, “o incômodo de pensar na existência de outro ser dentro de si” (40%). Mesmo que as questões corporais não sejam apontadas como a razão principal do não desejo de maternidade, vale salientar a alta

incidência do medo da violência obstétrica, que é uma realidade no Brasil (Zanardo *et al.*, 2017).

A quarta seção investigou a temática **Sobre a decisão de não ter filhos**, a partir de quatro questões objetivas que buscaram compreender o quanto a respondente está ou não convicta de sua decisão. Quando interpeladas a responder à afirmação “Me considero decidida a não ter filhos”, 70% do grupo geral de mulheres responderam que “sim”. A assertiva: “Eu decidi não ter filhos independente de ter ou não uma relação amorosa” também alcançou um alto percentual de “sim” entre as respondentes (81%), assim como a sentença seguinte: “Eu decidi não ter filhos mesmo que a/o minha/meu parceira/o queira” (75%). No entanto, na última sentença “Eu posso reconsiderar minha decisão”, a maioria das respondentes (61%) respondeu que “sim/talvez”. Podemos entender aqui que, mesmo com alto percentual de mulheres mostrando-se decididas a não ter filho(s), uma parte parece estar disposta a negociar consigo mesma essa deliberação.

A quinta seção era composta por 12 perguntas, que buscavam investigar a questão da **Pressão e arrependimento**, bem como dos discursos sociais a eles associados. A primeira sentença: “Muitas pessoas com quem convivo/convivi me incentivam/incentivaram a ter filhos”, mostra que a interpelação para a maternidade atinge um percentual alto de mulheres (75%). Dentre as opções apresentadas sobre as pessoas que mais cobram filhos para as mulheres, em primeiro lugar apareceram as amigas mulheres com filhos (50%). Em segundo lugar, foram apontados os familiares e parentes (tios, avós, primos, membros com parentesco relevante na família), com 45%. Em terceiro lugar, apareceu a mãe, com 41%. Em quarto lugar, o grupo de colegas de trabalho, com 30%. Outros grupos também apareceram como incentivadores, porém com menos intensidade, tais como: pai (19%), parceiro amoroso (17%), amigos homens com filhos (16%), ginecologistas (15%), amigas mulheres sem filhos (9%) e, por último, amigos homens sem filhos e “outras fontes de cobrança” (com 4% para cada uma das opções).

Um ponto importante a se destacar nessa segunda pergunta é que, em todas as opções, com exceção do parceiro amoroso, as mulheres brancas apresentaram percentuais mais altos que o das mulheres negras. Esse dado pode sugerir que mulheres brancas sofrem maior interpelação para a maternidade, o que parece apontar para um elemento que remonta aos processos de formação histórica de nosso país e a uma “hierarquia reprodutiva” (Mattar e Diniz, 2012) ainda vigente. Desde o período colonial e escravagista, as mulheres negras nunca foram encorajadas para a maternidade; embora fossem incentivadas a reproduzir para atender aos interesses mercadológicos

dos senhores, a maternagem dos próprios filhos era impedida, para que pudessem trabalhar e cuidar dos filhos dos brancos (Hooks, 2019; Richwin e Zanello, 2022). Em nossa hierarquia reprodutiva, que segue a gramática das desigualdades interseccionais de classe e raça, enquanto a maternidade de mulheres brancas é interpelada, encorajada e até glorificada, a maternidade de mulheres negras pode ser alvo de estigmatização, impedimento e penalização (Collins, 2019; Mattar e Diniz, 2012; Richwin e Zanello, 2022).

Na sentença “ouço ou já ouvi comentários de que posso me arrepender se não tiver filho(s)”, 92% das respondentes do grupo geral assinalaram que “sim”. Na sentença seguinte “já me disseram que uma mulher completa é aquela que tem filhos”, as respondentes do “sim” somam 90%. Quando perguntadas sobre a pressão sofrida por parte de profissionais de saúde, na sentença “já ouvi comentários de médicos/ profissionais da saúde para me convencer a ter filhos”, 35% das participantes responderam “sim”. Na sentença seguinte “a pressão que sofro/sofri para ter filhos me deixa/deixou pensativa se estou tomando a decisão certa”, teve o percentual de 53% de mulheres respondendo “não”, mas, neste caso, vale destacar que 47% das participantes responderam que “sim”, o que mostra que a pressão social ainda exerce grandes efeitos sobre as mulheres que não pretendem ter filhos (Zanello, 2018). Mesmo expostas a tantas pressões, na sentença “já me senti em dívida com a família/sociedade pelo fato de não querer ter filhos”, 71% das mulheres responderam “não”.

A sentença seguinte: “eu acredito que não vou me arrepender por não ter filhos”, teve um percentual de 57% de respondentes “sim”. Novamente inquiridas a responder sobre arrependimento futuro, na sentença “eu acredito que posso me arrepender no futuro por não ter tido filhos”, as mulheres, em sua maioria (51%), responderam “não”. Ainda na investigação sobre os arrependimentos, a sentença “eu acredito que, caso tivesse filhos, iria me arrepender da escolha pela maternidade”, com a maior parte (65%) das respostas “sim”, indica que o arrependimento maior seria por ter filhos e não o contrário.

A afirmação seguinte diz: “Considero a adoção como uma opção futura caso venha a me arrepender”, traz a maioria (69%) respondendo “sim”. Novamente, a adoção aparece como uma solução para as mulheres, caso se arrependam da escolha de não terem filhos (Leal e Zanello, 2023).

A última pergunta desta seção apresenta a particularidade de, além de oferecer múltiplas respostas, as quais as pessoas pesquisadas puderam escolher as opções que mais se aproximavam de suas realidades, também havia um campo aberto para que elas pudessem inserir livremente uma resposta,

caso esta não estivesse contemplada dentre as opções. A questão procurou investigar sobre “O que as mulheres mais escutam quando elas tornam público o seu não desejo de maternidade”. O maior percentual foi alcançado pela resposta “quem vai cuidar de você no futuro?”, com 83%. A segunda mais escolhida pelas mulheres foi “Isso muda com o tempo”, com 76%. A terceira opção mais ouvida pelas mulheres foi “você vai se arrepender”, com 70%. Logo em seguida, apareceu o argumento “daqui a pouco bate o relógio biológico”, com 58% (mesmo dentro de um grupo de mulheres no qual 60% estavam com mais de 31 anos – ou seja, já podendo ser classificadas, na hipótese de uma gestação, de primípara idosa). O argumento “Que egoísta!” configurou 38%, e o último argumento com percentuais mais relevantes foi “uma mulher sem filhos é uma árvore seca”, com 36%.

A seguir, estão as sentenças inseridas pelas participantes e, mesmo que tenham tido um percentual mais baixo (menos que 3%), serão reproduzidas aqui: “o homem certo vai fazer você querer ter filhos”; “um filho dá sentido à vida/ é a melhor coisa da vida”; “a vida/Deus é quem manda”; “você é tão boa com crianças, seria uma ótima mãe”; “quando for o seu filho, você mudará de ideia”; “o verdadeiro amor/ o maior amor do mundo”; “melhora ou completa o relacionamento”; “isso é irresponsabilidade/ loucura/ ganância/ covardia da sua parte [não querer ter filhos]”; “continuação da família”; “você vai ficar sozinha” e por último, “dar um filho/neto/sobrinho à família”.

Podemos entender como a pressão para ter um filho é algo muito presente na sociedade e os argumentos para convencer as mulheres são inúmeros. Mesmo as mulheres que se consideram decididas a não terem filhos não estão livres dessa coação (nem da dúvida que ela possa deixar). A pressão pode ser um fator de muita relevância na vida das mulheres que não têm sua opção aceita por seus pares, dada a gama de argumentos visando a reversão da decisão de não ter filhos.

A sexta e última seção, **Uma vida sem filhos**, procurou buscar compreender quais os aspectos que as respondentes mais privilegiam em suas vidas, fora deste lugar de mulheres-mães. Foram nove perguntas sobre a relação das mulheres com a realização pessoal; planos e vida profissional; o espaço/ importância que estes planos ocupam em suas vidas; e os projetos para um futuro na ausência de filhos. A primeira sentença: “Gosto de ter a possibilidade de realizar as minhas atividades sem ter responsabilidade de cuidar de outra pessoa que seja totalmente dependente de mim”, teve a maioria das respostas “sim”, sendo 93%. A questão seguinte “Me considero uma pessoa realizada profissionalmente” teve maioria das respostas “em parte” no grupo geral, com 43%, e se complementa com a questão que a

sucedem “Tenho muitos projetos profissionais para realizar em minha vida”, com 80% das respostas “sim”. Aqui, houve concordância entre os dois grupos de brancas e negras.

A asserção seguinte, ainda sobre a importância da profissão, diz “A minha profissão/carreira profissional ocupa um lugar muito importante em minha vida”, teve a maioria das respostas (70%) “sim”. A sentença a seguir: “Além da minha vida profissional, tenho outros projetos de que gosto/gostaria de me dedicar”, obteve “sim” em 91% das respostas. Avançando para o enunciado seguinte: “Para mim, ter uma carreira é mais importante do que casar e ter filhos”, novamente verifica-se a maioria de respostas para “sim” (79%). Na última pergunta, referente a relacionamentos: “Está nos meus planos ter/manter um relacionamento duradouro sem filhos”, novamente a maior parte das respondentes (88%) assinalou “sim”.

As duas últimas questões buscam compreender como as mulheres que não desejam ter filhos pensam a fase da velhice. Na primeira sentença: “Penso sobre como será a fase da velhice sem filhos”, 53% das mulheres responderam “sim”; a seguinte: “Me preparo para a fase da velhice/aposentadoria” trouxe 65% das mulheres respondendo “sim”.

Segundo o imaginário popular, a mulher sem filhos não teria nenhum tipo de suporte nesta fase da vida, necessitando de um ou mais filhos que pudessem desempenhar o papel de cuidadores. No entanto, as mulheres sem filhos mostram-se conscientes com relação ao futuro, uma vez que não poderão contar com um cuidado vindo de filho(s). Esse tema é de grande importância, pois o Brasil está entrando na fase de envelhecimento populacional, com uma taxa de reposição populacional abaixo da esperada e tendendo a decrescer ainda mais (IBGE, 2013).

Ainda sobre essa última seção, percebe-se que as mulheres estão investindo em diversas áreas da vida, tendo vários projetos de futuro que, até o momento da pesquisa, não contemplavam a maternidade. O grau de realização relatado foi bastante alto, sugerindo que há felicidade para além da maternidade, sobretudo quando esta parece muito mais uma espécie de apelo social do que um desejo real inerente a todo e qualquer indivíduo nascido com capacidade de procriação.

3 Conclusões

Várias outras questões emergiram das entrevistadas, além da questão central: “o não desejo de maternidade”. É importante apontar que, na maioria das dimensões analisadas, as diferenças entre as respostas das mulheres brancas e das mulheres negras não foram muito significativas. Nesse contexto, observamos que a maioria das participantes possuía independência financeira, alto grau educacional, relações amorosas estáveis, alguma consciência sobre relações de gênero, tinha (ou já teve) acesso à psicoterapia e considerava que desfrutava de uma vivência plena e ativa de sua sexualidade.

Todavia, foi possível perceber algumas diferenças entre os grupos: 1) as mulheres negras são as que têm maior experiência como cuidadoras; 2) as mulheres negras são menos interpeladas por terceiros a terem filhos; 3) as mulheres brancas percebem, em sua maioria, a maternidade como potencial experiência desprazerosa e que pode prejudicar a vida da mulher – enquanto as mulheres negras que possuem a mesma percepção estão em menor número nos dois casos. Tais diferenças podem ser consequência do racismo estrutural, no qual a maternidade biológica seria esperada principalmente de mulheres brancas. Já a maternidade de mulheres negras seria percebida como obstáculo para a dedicação total no cuidado de crianças brancas, tarefa a elas delegada em uma sociedade racista e patriarcal. Além disso, como foi constituído no imaginário brasileiro escravocrata, o que ainda se espera de mulheres negras é que elas cuidem e sirvam os brancos.

Por fim, o grau educacional parece ser um fator significativo, pois quanto maior o nível educacional, maior o leque de possibilidades de escolha para além da maternidade (Simão, Coutinho e Guedes, 2020). O grau de escolaridade elevado do grupo estudado também pode ser uma das explicações para não se ter observado diferenças significativas entre os dois grupos de mulheres, brancas e negras. Ou seja, quando uma mulher negra consegue estudar, as dificuldades impostas pelo racismo parecem ser amenizadas, pelo menos no que se refere à explicitação do não desejo de maternidade. Neste sentido, observamos que as mulheres estão priorizando projetos pessoais e profissionais, administração consciente das finanças pessoais, bem como uma crítica ao modelo atual da maternidade, em que a exigência da dedicação total ao outro é uma prerrogativa intransponível.

O questionamento acerca do desejo da maternidade tem acontecido mais cedo, em idade fértil e de forma consciente por parte das mulheres. Mesmo assim, os dados revelam que há espaço para negociação futura, caso venham a mudar de ideia. De todo modo, constatou-se que há uma

coerção social, via discursos de convencimento à maternidade, e estes partem, principalmente, de mulheres do convívio próximo e que já tiveram filhos, seguido por membros do grupo familiar e pela mãe dessas mulheres. Tais discursos quase sempre apelam para o lado emocional e, além das mulheres mães, outros atores sociais também reproduzem os argumentos de convencimento – porém, em menor proporção.

Embora a presente pesquisa tenha encontrado resultados significativos, é necessário apontar algumas limitações. A intenção de fazer uma pesquisa via *survey* online foi de tentar alcançar o maior número de participantes possível no território brasileiro, inclusive as residentes em áreas rurais ou menos habitadas do país. Porém, conforme descrito na seção 1, a maioria (93%) das participantes residia em grandes centros urbanos, enquanto as moradoras de áreas rurais e vilarejos tiveram uma representação muito baixa (entre 3 e 4%). Outro ponto a ser considerado é a amostragem desta pesquisa ter tido um percentual baixo de participantes acima dos 50 anos, o que implica que os dados sobre as mulheres sem filhos nessa faixa etária permaneçam insuficientes. Por último, também apontamos a pouca diversidade étnico-racial das participantes, de modo que, para este estudo, foi possível comparar apenas as mulheres brancas e negras. Assim, sugere-se que novas pesquisas sejam realizadas, pois o universo de investigação sobre o não desejo de maternidade ainda é um campo fértil a ser explorado.

Referências

BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARBOSA, P.Z.; ROCHA-COUTINHO, M.L.. Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. **Psicologia Clínica** [online]. 2007, v. 19, n. 1, p. 163-185. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-56652007000100012>. Epub 12 Dez 2007. ISSN 1980-5438. Acesso em: 01 jun. 2022.

BARRAGÁN, A.M.A., LANG, M., CHÁVES, D.M.; SANTILLANA, A. Pensar a partir do feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento. In: HOLLANDA, H.B. (Org.). **Pensamento Feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020 (p. 252-279).

BRAM, Susan. Voluntarily childless women: Traditional or nontraditional? **Sex roles**, Berlim, v. 10, n. 3-4, p. 195-206, fev. 1984. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/BF00287774>. Acesso em: 15 out. 2022.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo editorial, 2019.

DEL PRIORE, M. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. Rio de Janeiro, Brasil: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.

FEDERICI, S. **O Ponto Zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa**. São Paulo: Elefante, 2017.

FIDELIS, D. Q., MOSMANN, C. P.. A não maternidade na contemporaneidade: um estudo com mulheres sem filhos acima dos 45 anos. **Aletheia**, Canoas, n. 42, p. 122-135, set./dez. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n42/n42a11.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2022.

FREIRE, M. M. de L. 'Ser mãe é uma ciência': mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920. **História, Ciências, Saúde**, 15, 153-171. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702008000500008>. Acesso em: 15 jul. 2022.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. O poder de escolha: direitos reprodutivos e a transição demográfica. In: **Relatório da Situação da População Mundial de 2018** [Brasília: UNFPA, 2018]. Disponível em: <https://brasil.unfpa.org/pt-br/publications/situacao-da-populacao-2018>. Acesso em: 17 set. 2022.

HOOKS, B. **Teoria feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

GILLESPIE, R. Voluntary childlessness in the United Kingdom. **Reproductive Health Matters**, Londres, p. 43-53. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1016/S0968-8080%2899%2990111-8?needAccess=true>. Acesso em: 22 jun. 2022.

GOUVEIA, M.; ZANELLO, V. Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: experiências e percepções de mulheres negras. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 24, 12 dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/42738>. Acesso em: 22 jul. 2022.

HOUSEKNECHT, Sharon K. Timing of the decision to remain voluntarily childless: Evidence for continuous socialization. **Psychology of Women Quarterly**, Columbus, v. 4, n. 1, p. 81-96, 1979.

HORVATH S.; SCHREIBER C.A. Unintended Pregnancy, Induced Abortion, and Mental Health. **Curr Psychiatry Rep**. 14;19(11):77. doi: 10.1007/s11920-

017-0832-4. PMID: 28905259. Set. 2017. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28905259/>. Acesso em: 7 nov. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Nupcialidade, fecundidade e migração** [Brasília: IBGE, 2010]. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/98/cd_2010_nupcialidade_fecundidade_migracao_amostra.pdf. Acesso em: 3 ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil em Síntese**: população – taxa de fecundidade total [Brasília: IBGE, 2013]. Disponível em: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/taxas-de-fecundidade-total.html>. Acesso em: 3 ago. 2022.

LEAL, D. F. da S.; ZANELLO, V. O não desejo de maternidade: Um fenômeno crescente, mas ainda pouco pesquisado no Brasil. In: SILVA, S.R.O; ZANELLO, V. (org.). **Gênero e políticas de subjetivação**: leituras feministas. Brasília: Technopolitik, 2019.

LEAL, D. F. da S.; ZANELLO, V. Não tenho e não quero: Subjetividades na não maternidade. **Revista Psicologia e Saúde**, Campo Grande, v. 14, n. 3, p. 77-22, jul. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/pssa.v14i3.1949>. Acesso em 31 ago. 2022.

LERNER, G. **A Criação do Patriarcado**: História da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LIMA, M. B. S., PONTES, F. A. R., SILVA, S. S. da C., MALUSCHKE, J. B., MAGALHÃES, C. M. C., & CAVALCANTE, L. I. C. Atividade doméstica e socialização: a visão de adolescentes de classes economicamente distintas. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 189-200, ago. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822008000200010. Acesso em 31 ago. 2022.

MACHADO, R. B., USHIKUSA, T. E., MONTEIRO, I. M. U., GUAZZELLI, C. A. F., BELLA, Z. J. Di, POLITANO, C. A., & SAKAMOTO, L. C. Different Perceptions among Women and Their Physicians Regarding Contraceptive Counseling: Results from the TANCO Survey in Brazil. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetria**, Rio de Janeiro, vol. 42, n. 5, p. 255-265, mai. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1055/s-0040-1712145>. Acesso em: 4 set. 2022

MATTAR, L.D.; DINIZ, C.S.G. Hierarquias reprodutivas: maternidade e desigualdades no exercício de direitos humanos pelas mulheres. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação** [online]. Botucatu, v. 16, n. 40, p. 107-120, mar. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832012005000001>. Acesso em: 28 set. 2022.

MIRANDA-RIBEIRO, A.; GARCIA, R. A.; FARIA, T. C. de A. B. Baixa fecundidade e adiamento do primeiro filho no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 36, p. 1-18, set. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0080>. Acesso em: 15 ago. 2022

MORAES, J.; FÉRES-CARNEIRO, T. Maternidade contemporânea: motivações de mulheres sem filhos. **Contextos Clínicos**. v.15 n.1(2022), p. 73-97. Acesso em 20 jun. 2024.

PACHECO, A. C. L. **Mulher negra**: afetividade e solidão. Salvador: EdUFBA, 2013.

PORTO, M.; ZANELLO, V. Abortamento e sensação de alívio: revisão integrativa da literatura brasileira. In: LIMA, A.L. & ROSA-RODRÍGUEZ, Y.(Org). **Caminhos da pesquisa de Gênero e Sexualidade**: perspectivas da América Latina e Caribe. Porto Alegre: Sulina, 2024.

RIBEIRO, J. P.; MALISZEWSKI, L. S.; MARTINS, E. de S. Técnica de amostragem “bola de neve virtual” na captação de participantes em pesquisas científicas. **Journal of Nursing and Health**, v. 14, n. 1, p. e14266636, 26 abr. 2024.

RIBEIRO, L. M.; LOPES, R. S. A experiência de mulheres que escolheram não ter filhos: Uma revisão de estudos empíricos. **Revista Conhecimento Online**, [S. l.], v. 2, p. 264-288, 2023. Doi: <https://doi.org/10.25112/rco.v2.3396>. Acesso em 25 jun. 2024.

RICHWIN, I; ZANELLO, V. Amor e violência nas vivências de duas mulheres em situação de rua. In: BORTOLOZZI, A. C.; RIBEIRO, P. R. M. **Enfrentando a barbárie**: temas emergentes sobre sexualidade, gênero e educação em cenários antidemocráticos. Bauru: Gradus Editora, 2022. p. 157-171.

SARGI, M. P.; SILVA, J. R. de M.; CARMO, C. R. S. Amostragem e análise de dados: um estudo de caso sobre pesquisas eleitorais brasileiras de 2022. **Revista Gestão, Tecnologia e Ciências**. v. 14, p. 1-18/2024. Acesso em 25 jun. 2024.

SIMÃO, A. B.; ZANATTA COUTINHO, R.; RAMALHO GUEDES, G. Desejo por filhos entre mulheres de alta escolaridade: conflitos, mudanças e permanências. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S. l.], Belo Horizonte, v. 37, p. 1–23, 2020. Disponível em: <https://rebep.org.br/revista/article/view/1440>. Acesso em: 28 out. 2022.

ZANARDO, G. L. P. et al. Violência obstétrica no Brasil: uma revisão narrativa. **Psicologia & Sociedade** [online]. 2017, v. 29., e155043. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29155043>. Epub 10 Jul 2017. ISSN 1807-0310. Acesso em: 12 jul. 2022.

ZANELLO, V. Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a Psicologia. In: ZANELLO, V.; PORTO, M. (Org.). **Aborto e (Não) Desejo de Maternidade(s)**: questões para a Psicologia. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2016. p. 101-120.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018.

Recebido em dezembro de 2022.

Aprovado em setembro de 2024.